



## **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

### **CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 181255 - RS (2021/0225411-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**SUSCITANTE** : **PAQUETA CALÇADOS LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**  
**ADVOGADOS** : **JOÃO CARLOS LOPES SCALZILLI - RS016581**  
                  **MARCELO BAGGIO - RS056541**  
                  **JOÃO PEDRO DE SOUZA SCALZILLI - RS061716**  
                  **AQUILES E SILVA MACIEL - RS109422**  
**SUSCITADO** : **JUIZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DE SAPIRANGA - RS**  
**SUSCITADO** : **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO**  
**INTERES.** : **PAULA SILVA CUNHA SANTANA**

### **DECISÃO**

Cuida-se de conflito de competência com pedido liminar suscitado por PAQUETA CALÇADOS LTDA., em recuperação judicial, em que aponta como suscitados o JUIZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DE SAPIRANGA (RS) e o TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO.

A suscitante alega que, "diante da decisão proferida pelo Juízo Trabalhista, considerando que o Juízo Recuperacional é o competente para decidir sobre atos expropriatórios sobre patrimônio da recuperanda e sobre créditos sujeitos à recuperação judicial e, mais ainda, pelo fato de o Juízo da Vara do Trabalho de Conceição do Coité, BA terem contrariado determinação expressa do Juízo Recuperacional ao ordenar pagamento da dívida sujeita à recuperação judicial por meio de depósitos recursais está instaurado conflito positivo de competência entre o Juízo da 2ª Vara Cível do Foro da Comarca de Sapianga, RS, e a 3ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região" (fl. 5).

Requer, liminarmente, a suspensão de "qualquer liberação de valores para a credor trabalhista no âmbito da reclamatória n. 0002505-70.2013.5.05.0251, em atenção ao art. 6º, da Lei 11.101/2005 e à competência do Juízo Recuperacional, a fim de que seja dado cumprimento ao ofício do Juízo Recuperacional" (fl. 13).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Compete ao Presidente do Superior Tribunal de Justiça, nos termos do art. 21, XIII, c, do RISTJ, decidir, "durante o recesso do Tribunal ou nas férias coletivas dos seus membros, os pedidos de liminar em mandado de segurança, podendo, ainda, determinar liberdade provisória ou sustação de ordem de prisão, e demais medidas que

reclamem urgência".

Ou seja, a urgência que autoriza a atuação em plantão judicial no período de férias forenses decorre de situações excepcionais de grave ameaça de lesão a direito.

Na espécie, verifica-se que a suscitante juntou acórdão do Juízo trabalhista proferido no dia 12 de fevereiro de 2021 (fls. 61-63), o que afasta a urgência do pedido liminar formulado.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar sem prejuízo de ulterior deliberação pelo relator do feito.

Comunique-se aos Juízos suscitados para que prestem as devidas informações no prazo de 10 dias.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Em seguida, encaminhem-se os autos ao relator

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 16 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente